DISCURSO DE ABERTURA DA REUNIÃO DE VALIDAÇÃO DAS IPT'S DAS VARAS CÍVEIS – 08.08.2011

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ - estabeleceu dentre as Metas Prioritárias para o ano de 2010, a META 5, que visa implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

A Corregedoria Geral de Justiça, atenta às disposições emanadas pelo CNJ, instituiu o programa denominado “**GESTÃO DE PRIMEIRA**”, ao qual tivemos o prazer de fazer o lançamento 14.03.2011, em reunião agendada especificamente para aquele fim, com a presença de magistrados e escrivães.

Naquela oportunidade, dizíamos que do programa “**GESTÃO DE PRIMEIRA**”, cujo público alvo são as Unidades Judiciárias de 1º Grau, Órgãos Auxiliares da Direção do Foro e Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, sairiam várias ações voltadas para a excelência da qualidade da prestação jurisdicional.

A hercúlea tarefa dos gestores do programa, cuja execução está afeta à Secretaria de Padronização da 1ª instância, Suporte ao Planejamento e a Ação Correcional – SEPAC, por sua Gerência de Padronização e Gestão da Informação – GEINF, vem sendo desenvolvida por etapas, num processo contínuo e dinâmico.

Na primeira etapa, desenvolveu-se a padronização das Varas Criminais de competência exclusiva, onde foram elaboradas e revisadas todas as IPT's – Instruções Padrão de Trabalho. Nas IPT's são descritas todas as rotinas afetas às secretarias de juízo e que devem ser fielmente observadas por todos os servidores e gestores na execução das suas tarefas. Agora, temos a padronização das Varas Cíveis de competência exclusiva.

Antevemos que a padronização, etapa importante de um programa de gestão, é o caminho mais rápido para promovermos um judiciário organizado, com práticas uniformes e atuais.

O que antes era feito isoladamente, de qualquer modo, ao sabor de práticas obsoletas, agora passa a ser feito racionalmente, com agilidade, através de fluxos de trabalho que foram construídos conjuntamente, entre os técnicos da Corregedoria Geral de Justiça e os servidores e gestores das secretarias de juízo, bem como os magistrados.

A padronização das tarefas por meio de instruções padrões de trabalho é um processo que permite a participação de quem, efetivamente, realiza a tarefa sempre respeitando os preceitos legais e regulamentares. E foi por este caminho que a Corregedoria Geral de Justiça trilhou, envidando todos os esforços que hoje se materializam nas IPT's.

Nesta segunda etapa, foram padronizadas as Instruções Padrão de Trabalho das Varas Cíveis, totalizando 200 secretarias de juízo no Estado de Minas Gerais. Destas, 165 são varas das comarcas do interior e 35 da Comarca de Belo Horizonte.

O alcance deste quantitativo permite-nos dizer que, gradativamente, estamos não só cumprindo a determinação do CNJ, como também implementando um processo de gestão que alcançará todas as unidades judiciais no Estado de Minas Gerais.

A instituição deste mecanismo de gestão, que beneficia servidores, gestores, magistrados e a própria instituição, eliminando o retrabalho, facilitando o treinamento e o planejamento do dia-a-dia, visa, também, atender os reclamos de uma sociedade que exige um judiciário eficiente, de práticas inovadoras, que almeja uma prestação jurisdicional mais célere.

Assim, imbuídos dessa nova mentalidade, contamos com a participação e empenho de todos no programa "GESTÃO DE PRIMEIRA" e, especificamente, nesta nova etapa.

Agradecemos, mais uma vez, a parceria mantida com a EJEJF, que vem realizando os treinamentos dos usuários de acordo com os padrões que estão sendo estabelecidos.

A todos os senhores, juízes e servidores, o meu muito obrigado.